

3º Concurso para Residência Jurídica

Questões de Direito Civil e Processo Civil:

1) Assinale a opção correta:

- a) A transmissão dos bens do *de cuius*, pelo *Princípio da Saisine*, se dá no momento da morte do transmissor da herança somente quanto aos bens móveis. Quanto aos imóveis, estes dependem da transmissão formal através de documento hábil, pelo procedimento do Inventário, judicial ou extrajudicial.
- b) Havendo cônjuge supérstite, a possibilidade de suceder sempre dependerá do regime de bens adotado no matrimônio, sendo certo que na hipótese de ter sido adotado o regime da comunhão universal de bens ou aplicado o regime obrigatório da separação de bens, o cônjuge supérstite nuncafigurará como herdeiro, sem prejuízo da sua meação, quando houver.
- c) O instituto da renúncia à herança é admissível no direito brasileiro, sendo certo que não se admite a renúncia parcial, salientando-se ainda que se trata de ato de natureza formal.
- d) Os companheiros sobreviventes sucedem nos termos da legislação civil, podendo ser afirmado que, na hipótese de existirem herdeiros colaterais em segundo grau, estes concorrerão com o companheiro supérstite, cabendo a cada um dos herdeiros fração idêntica da herança a ser partilhada.

2) Sobre a vénia conjugal, assinale a opção incorreta:

- a) Nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, exceto no regime da separação absoluta, alienar ou gravar de ônus real os bens imóveis.
- b) Nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, exceto no regime da separação absoluta, prestar fiança ou aval.
- c) Nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, exceto no regime da separação absoluta, fazer doação, não sendo remuneratória, de bens comuns ou dos que possam integrar futura meação, sendo válidas, contudo, as doações nupciais feitas aos filhos quando casarem ou estabelecerem economia separada.
- d) Nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, exceto no regime da separação absoluta, obter, por empréstimo, as quantias necessárias à aquisição de coisas necessárias à economia doméstica, uma vez que obrigam solidariamente ambos os cônjuges.

3) Considerando as disposições legais quanto aos alimentos gravídicos, são verdadeiras as afirmações abaixo, exceto:

- a) Os alimentos gravídicos compreenderão os valores suficientes para cobrir as despesas adicionais do período de gravidez e que sejam dela decorrentes, da concepção ao parto, inclusive as referentes à alimentação especial, assistência médica e psicológica, exames complementares, internações, parto, medicamentos e demais prescrições preventivas e terapêuticas indispensáveis, a juízo do médico, além de outras que o juiz considere pertinentes.
- b) Recebida a pretensão, o réu será citado para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias.

3º Concurso para Residência Jurídica

c) Convencido da existência de indícios da paternidade, o juiz fixará alimentos gravídicos que perdurarão até o nascimento da criança, sopesando as necessidades da parte autora e as possibilidades da parte ré.

d) Após o nascimento com vida, os alimentos gravídicos ficam convertidos em pensão alimentícia em favor do menor até que uma das partes solicite a sua revisão.

4) Considerando-se o inadimplemento da obrigação alimentar fixada em sentença judicial, homologatória ou não, as alternativas abaixo estão corretas, salvo:

a) Havendo débito pretérito, ou seja, anterior aos três últimos meses, tomando-se por base a data em que o cumprimento de sentença é requerido, o devedor será intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver, sendo certo que não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do *caput*, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento.

b) Na hipótese de cumprimento de sentença de débito atual (considerado aquele relativo aos últimos três meses, contados da data do protocolo da petição inicial), se o devedor não pagar ou se a justificativa apresentada não for aceita, o juiz, além de mandar protestar o pronunciamento judicial, decretar-lhe-á a prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses, sendo certo que o cumprimento da pena exime o executado do pagamento das prestações vencidas, não o eximindo, contudo das prestações vincendas.

c) O devedor, em sede de resposta, considerando a hipótese de cumprimento de sentença do débito pretérito, ou seja, anterior aos três últimos meses, tomando-se por base a data em que o cumprimento de sentença é requerido, poderá oferecer impugnação, alegando, dentre outras hipóteses cabíveis, a falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia.

d) No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia que fixe alimentos, o juiz, a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em 3 (três) dias, pagar o débito atual, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de lhe ser decretada a prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses.

5) Analise as assertivas abaixo, assinalando, após, a alternativa correta:

I - São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio, sendo certo que o erro de cálculo apenas autoriza a retificação da declaração de vontade.

II - O negócio jurídico será nulo na hipótese de lesão, que ocorre quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

III - Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, ainda quando o ignore, poderão ser anulados pelos credores quirografários, como lesivos dos seus direitos.

3º Concurso para Residência Jurídica

IV – É anulável o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

- a) Apenas estão corretas as assertivas I, II e III
- b) Estão incorretas as assertivas I, III e IV
- c) Apenas estão corretas as assertivas I e III
- d) Todas as assertivas estão corretas

6) No que tange aos critérios de fixação de competência assinale a afirmativa correta:

- a) O foro competente para o processamento da ação de inventário é o do domicílio do inventariante;
- b) No caso de obrigação de fazer, o foro competente é o do domicílio do réu que deve cumprir a obrigação;
- c) Nas causas que versem sobre direito previsto no Estatuto do Idoso, o foro competente é o da residência do idoso;
- d) A incompetência relativa deve ser arguida em petição autônoma, por via de exceção;

7) Em relação ao processo de conhecimento assinale a afirmativa correta:

- a) A parte autora não precisa indicar que deseja a realização de audiência de conciliação ou mediação, pois elas são obrigatórias;
- b) Para a contagem dos prazos processuais serão computados apenas os dias úteis;
- c) A impugnação à gratuidade de justiça deve ser realizada em incidente autônomo à contestação;
- d) Na hipótese de indeferimento de prova pericial é possível a interposição de agravo de instrumento;

8) No que tange à execução civil assinale a alternativa correta:

- a) Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 15 (quinze) dias.
- b) Na hipótese de título executivo extrajudicial, não é possível que o credor ajuíze demanda objetivando a constituição de título executivo judicial;
- c) São impenhoráveis as quantias depositadas em caderneta de poupança, até o limite de 60 (sessenta) salários-mínimos;
- d) Os embargos à execução podem ser opostos independentemente de penhora.

3º Concurso para Residência Jurídica

9) Em relação ao direito real de habitação, podemos afirmar que:

- a) Somente é reconhecido ao cônjuge sobrevivente que não possua outro imóvel, qualquer que seja o regime de bens do casamento e enquanto não constituir outra união ou matrimônio;
- b) Somente é reconhecido ao cônjuge sobrevivente que tenha sido casado no regime de comunhão parcial de bens, desde que o bem tenha sido adquirido na constância do casamento;
- c) Somente é reconhecido se o falecido não tiver deixado outros herdeiros;
- d) Somente é reconhecido no regime de separação total de bens, desde que tal bem configure bem particular e enquanto não constituir outra união ou matrimônio.

10) João se submeteu a uma cirurgia para retirada de um tumor do abdômen. Infelizmente sofreu complicações em decorrência da cirurgia e faleceu ainda na mesa de operação. Seu filho procurou a Defensoria Pública para ajuizar ação de responsabilidade civil em face da clínica e do médico que realizou a cirurgia. Em relação à responsabilidade civil da clínica, do médico e a natureza da obrigação podemos afirmar o seguinte:

- a) Responsabilidade da clínica: objetiva; responsabilidade do médico subjetiva, natureza da obrigação: de meio;
- b) Responsabilidade da clínica: subjetiva; responsabilidade do médico: objetiva; natureza da obrigação: de resultado;
- c) Responsabilidade da clínica: objetiva; responsabilidade do médico: subjetiva; natureza da obrigação : de resultado;
- d) Responsabilidade da clínica: subjetiva; responsabilidade do médico: subjetiva ; natureza da obrigação : de meio

Questão discursiva

Marcio é consumidor compulsório de energia elétrica de uma empresa concessionária de serviço público que atende a localidade em que reside. A média de consumo de luz em sua residência é de 200 kw. Ressalte-se que em sua residência há uma geladeira, um ar condicionado, uma televisão e um computador. No mês de agosto de 2018 a conta de luz recebida apontou consumo muito superior ao normal, equivalente a 2000 kw de energia. Como Márcio recebe dois salários mínimos por mês, não teve condições de efetuar o pagamento da conta de energia elétrica e o serviço foi interrompido. Marcio procurou a Defensoria Pública, pois tem um filho de 2 anos que faz uso regular de insulina, que precisa ficar refrigerada. Considerando ser necessária a realização de perícia para a solução da questão, indique qual (is) a (s) medida (s) judicial (is) a serem tomadas em favor de Marcio, o juízo competente, bem como o(s) fundamento(s) jurídico(s) a ser(em) utilizado.

3º Concurso para Residência Jurídica

Questões de Penal/ Processo Penal:

11) Mario, com 20 anos na data dos fatos, encontra José, seu desafeto na rua e imediatamente, saca um revolver, totalmente municiado e dispara uma única vez na direção dele e vai embora, sendo certo que o disparo atinge José de raspão, causando lesão leve. No plenário do Júri, qual seria a tese principal a ser usada em sua defesa:

- a) Crime tentado
- b) Arrependimento eficaz
- c) Arrependimento posterior, previsto no art. 16 do CP
- d) Desistência voluntária

12) Eliana, nascida em 19 de dezembro de 1970, teve seu celular, jóias e uma quantia em dinheiro subtraída por seu filho, João Ricardo, que se encontrava parcialmente drogado e precisava do dinheiro para usar mais drogas. Não suportando mais tal conduta, uma vez que não era a primeira vez que tal fato ocorrerá, representou na Delegacia Policial, tendo sido João preso em flagrante delito ainda na posse dos objetos subtraídos. João acabou denunciado pelo crime de furto. Em alegações finais qual seria a tese principal a ser utilizada em favor de João:

- a) Absolvição de João pela atipicidade do delito em razão do princípio da insignificância
- b) Absolvição de João na forma do art. 386, VI do CPP, face a escusa absolutória prevista no art. 181 do CP
- c) Redução da pena em razão da semiimputabilidade;
- d) Aplicação da causa de diminuição de pena prevista no art. 14, II do CP. (tentativa)

13) Qual o prazo para o oferecimento da queixa crime nos crimes de ação penal privada:

- a) 30 dias, a partir da data dos fatos;
- b) 3 meses, a partir do conhecimento de quem seja o autor do fato;
- c) 6 meses, a partir da data dos fatos ou do conhecimento de quem seja o autor do fato;
- d) Um ano, a partir da data dos fatos ou do conhecimento de quem seja seu autor.

14) Com relação ao instituto da prescrição, assinale a alternativa correta:

- a) São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 anos ou, na data da sentença, maior de 70 anos
- b) No caso de concurso de crimes, as penas são somadas para efeitos de prescrição
- c) O prazo da prescrição é interrompido com o oferecimento da denuncia ou queixa;
- d) O menor prazo prescricional previsto no código penal são de 4 anos;

3º Concurso para Residência Jurídica

15) Antônio, foi denunciado em 03 de outubro de 2016, por um homicídio qualificado por recurso que impossibilitou a defesa da vítima e motivo fútil (art. 121§2º, II e IV do CP). Durante a instrução processual foram ouvidas 5 testemunhas e ao final, Antonio foi pronunciado nos termos da denúncia. Intimado da decisão, o réu manifestou o desejo de recorrer. Qual o recurso cabível na hipótese:

- a) Recurso de apelação
- b) Recurso em sentido estrito
- c) Agravo
- d) Recurso extraordinário

16) Marcia, maior de 18 anos, foi autuada em 10 de junho de 2015, pela conduta descrita no art. 345 do CP (exercício arbitrário das próprias razões), sem emprego de violência ou grave ameaça e o Ministério Público ofereceu denúncia em 15 de fevereiro de 2016 sem propor o benefício da transação penal por entender que a mesma já tinha feito uso do mesmo instituto em 10 de janeiro de 2010, sendo que tal benefício não foi suficiente para impedir a mesma de cometer novas condutas. Qual seria sua orientação jurídica a respeito dos fatos:

- a) Postularia por nova oportunidade da transação penal, uma vez que se trata de direito subjetivo do réu e já teria transcorrido o prazo de cinco anos, conforme art. 76, II do CP.
- b) Orientaria a acusada a aceitar a suspensão condicional do processo na forma do art. 89 da Lei 9099/95
- c) Faria a reabilitação no processo anterior, para que, em sua FAC, não constasse mais tal benefício;
- d) Impetraria um Habeas corpus, solicitando o trancamento da ação penal, face a ilegitimidade ativa do Ministério Público

17) Joaquim em 10 de fevereiro de 2018, portando uma faca, aborda Eva dizendo: “perdeu, passa o celular rápido”. Foi denunciado como incursão nas penas do art. 157, §2º, I do CP. Na audiência de instrução e julgamento, o réu confessou o delito bem como a utilização da arma. Em 15 de junho de 2018 foi julgado e condenado nos termos da denúncia, tendo o Juiz reconhecido a qualificadora mesmo ausente o laudo pericial da arma nos autos do processo. Com relação ao emprego da arma é correto afirmar que:

- a) Não poderia ser reconhecida a causa de aumento em razão da ausência de prova da potencialidade lesiva da arma utilizada;
- b) Não poderia ser reconhecida a qualificadora do emprego de arma face vigência da Lei 13.654/2018;
- c) Agiu corretamente o ilustre magistrado tendo em vista a confissão do réu;
- d) Não poderia ser reconhecida a qualificadora eis que se trata de crime autônomo;

3º Concurso para Residência Jurídica

18) Julio foi denunciado, em 01 de maio de 2018, por infração descrita no art. 129, parágrafo 9º, do CP por ter agredido sua ex companheira com socos e pontapés. Recebida a denúncia em 14 de junho de 2018, o MM Juiz, sem citar o réu, designa a Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 26 de junho de 2018, e no ato são ouvidos em juízo a vítima bem como os Policiais Militares que fizeram a condução do réu e vítima até a delegacia e ao final, Julio é condenado pela prática da lesão corporal. Julio é intimado, tão somente, da sentença e manifesta o desejo de recorrer. Na hipótese, é correto afirmar que:

- a) A intimação do réu da sentença convalida a ausência de citação
- b) Ocorre a nulidade relativa do processo por ausência de interrogatório do réu
- c) Ocorre a nulidade absoluta do processo por ausência de citação
- d) Ocorre uma mera irregularidade no processo pois o réu foi intimado da sentença e desejou recorrer.

19) Jaqueline caminhava tranquilamente na rua, próxima a sua residência, quando é surpreendida por Marcos, que a abraça e roça seu pênis na perna de Jaqueline. Assustada, Jaqueline começa a gritar “tarado, tarado” e Marcos é imediatamente detido por populares e levado até a Delegacia de Polícia. Concluído o inquérito policial, este é remetido ao Ministério Público. No caso descrito, Marcos deverá ser denunciado pela seguinte conduta delituosa:

- a) Estupro na forma tentada
- b) Estupro na forma consumada
- c) Posse sexual mediante fraude
- d) Importunação sexual

20) Quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem, age em:

- a) Legítima defesa
- b) Exercício regular de direito
- c) Estado de necessidade
- d) Estrito cumprimento de dever legal

3º Concurso para Residência Jurídica

Questão discursiva

Eduardo e Alexandre, em 6 de dezembro de 2017, por volta das 6hs, utilizando um veículo SANDERO e munidos de um revólver calibre 38 abordaram, na Av. Brasil, um caminhão Mercedes Benz que estava carregado de produtos alimentícios, tendo como motorista Jorge e seu ajudante Marcio.

No Sandero, Eduardo dirigia e Alexandre era o carona e portava a arma. Ação delituosa ocorreu da seguinte forma

O Sandero fechou o caminhão e Alexandre, munido do revolver 38, fez a abordagem, apontando a arma para o motorista e, entrando no caminhão ordenou que o motorista seguisse o carro, no que foi atendido. Ocorre que nesse exato momento passava uma viatura da Policia Militar que suspeitando da conduta imediatamente iniciou a perseguição ao caminhão e ao Sandero dirigido por Eduardo. Após cerca de 15 minutos de perseguição, os Policiais conseguiram abordar o caminhão bem como o Sandero, sendo Eduardo e Alexandre presos em flagrante e sem que a carga tivesse sido descarregada.

Oferecida a denúncia o Ministério Público tipificou o delito da seguinte forma: art. 157, parágrafo 2, I,II e V do CP. Regularmente citados e após apresentada a resposta preliminar, o MM Juiz designa audiência de instrução e julgamento. Foram anexados aos autos o Laudo de exame de arma de fogo que atestou um defeito no revólver que o impossibilitava de efetuar disparos. A FAC dos réus também foi acostada aos autos e Alexandre ostentava anotação anterior por receptação e Eduardo por furto, ambos sem condenação anterior. Na audiência, as vítimas são ouvidas e relatam que em sede policial não efetuaram o reconhecimento dos réus pessoalmente e tão somente por foto, apesar do flagrante. Em Juízo, estas não reconheceram os réus argumentando que já tinha passado muito tempo e não tinham condições de reconhecer. Foram ouvidos também os PMs que efetuaram a prisão em flagrante dos réus.

O MM. Juiz, diante da prova produzida nos autos, julga totalmente procedente a denúncia e condena os réus, pelo crime descrito no art. 157, § 2º, I, II e V a uma pena de reclusão total de 10 anos e 06 meses, sendo certo que considerou aumentar a pena pelas anotações na FAC, fixando ainda o regime fechado. Pergunta-se

Qual o recurso cabível da sentença

Quais as teses defensivas aplicadas a hipótese.

3º Concurso para Residência Jurídica

Questões de Constitucional / Direitos Humanos:

21) Quanto ao trabalho do preso, pode-se afirmar que:

- a) Não ofende a Constituição o Art. 31 da Lei de Execuções Penais, que prevê a obrigatoriedade do trabalho para todos os presos, provisórios ou em cumprimento de pena;
- b) O trabalhador preso tem direito à Previdência Social, em conformidade com o Código Penal e com as Regras Mínimas da ONU, que preveem a necessidade de providências para indenizar os presos pelo acidente do trabalho ou em enfermidades profissionais em condições similares àquelas que a lei dispõe para o trabalhador livre;
- c) Sendo o trabalho um direito social do preso, e proibindo a CRFB a imposição, ao detento, de pena de trabalhos forçados, o descumprimento do dever de trabalhar não pode acarretar a imposição de sanções disciplinares.
- d) Seria constitucional projeto de lei que determinasse ao trabalhador preso a utilização da integralidade de seus vencimentos para custeio das despesas de sua manutenção no sistema penitenciário, por promover equiparação com o trabalhador livre.

22) ACRFB, em seu Art. 196, dispõe que “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Em 25 de abril, a 1ª Seção do STJ concluiu julgamento do Recurso Especial 1.657.156, que tinha por objeto a obrigação de fornecimento, pelo Poder Público, de medicamentos não constantes da Relação Nacional de Medicamentos do SUS. Sobre tal decisão, consideradas as afirmações abaixo:

- a) A obrigação pública somente será devida quando o doente comprove, mediante laudo fundamentado pelo médico que o assiste, a imprescindibilidade do medicamento em comparação aos garantidos pelo SUS.
- b) A obrigação pública somente será devida se o doente demonstrar incapacidade financeira de arcar com os custos do medicamento;
- c) Poderão ser fornecidos medicamentos sem registro na Anvisa, desde que não haja alternativa terapêutica;
- d) Os medicamentos não constantes da Relação Nacional de Medicamentos serão sempre fornecidos pela União, desonerando-se os Estados e Municípios;

São falsas:

- a) 1 e 2
- b) 2 e 3
- c) 3 e 4
- d) 2 e 4

3º Concurso para Residência Jurídica

23) Sobre o processo para aprovação de uma Emenda Constitucional, pode-se afirmar que:

- a) A Proposta de Emenda será discutida e votada em dois turnos, pelas duas Casas do Congresso Nacional, em sessões unicamerais, considerando-se aprovada se obtiver, em ambas as sessões, 3/5 dos membros.
- b) Aprovada a PEC, a proposta será encaminhada ao Presidente da República, para que a promulgue ou vete.
- c) São limitações circunstanciais à alteração do texto constitucional a vigência de intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio.
- d) São limitações materiais explícitas à alteração do texto constitucional a forma federativa do Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação de poderes e os direitos e garantias individuais e sociais.

24) Sobre os remédios constitucionais, dadas as afirmações abaixo, selecione as verdadeiras e falsas:

- a) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político que tenha representação no Congresso Nacional.
 - b) O direito do cidadão de receber dos órgãos públicos informações de interesse coletivo inclui também aquelas imprescindíveis à segurança da sociedade.
 - c) Qualquer associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano é parte legítima para propor ação popular que vise à anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou ao meio ambiente.
 - d) Uma das garantias fundamentais aos direitos humanos, o mandado de segurança é ação constitucional impetrada contra autoridade coatora - pública ou agente de pessoa jurídica no exercício das atribuições do poder público - responsável pela ilegalidade ou abuso de poder.
- a) V-F-F-V
 - b) F-V-F-V
 - c) V-V-F-V
 - d) F-V-V-F

25) Sobre a Defensoria Pública e sua posição Constitucional, a doutrina afirma o seguinte:

“Dessa forma, constata-se que a Constituição Federal, ao organizar os Poderes Estatais, não se limitou às descentralizações tradicionais decorrentes da trípartição dos poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), sendo instituído um quarto complexo orgânico que, embora não possa ser definido como um quarto Poder, recebeu a seu cargo o exercício de uma quarta função política, ao lado da função legislativa, da executiva e da jurisdicional (...).” Princípios Institucionais da Defensoria Pública. ESTEVES, Diogo; SILVA, Franklyn Roger Alves. 3^a ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2018, p. 69.

Com base na lição acima, podemos afirmar que a função desempenhada pela Defensoria a que se referem os autores é de:

3º Concurso para Residência Jurídica

- a) Garantir a liberdade dos encarcerados;
- b) Provedoria de justiça;
- c) Lutar pela efetiva punição dos autores de crimes contra as mulheres;
- d) Exercer a advocacia contenciosa.

26) A Emenda 80 de 2014 estipulou que no prazo de 8 anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com Defensores Públicos em todas as unidades jurisdicionais. Enquanto esse objetivo não se concretiza, a lotação dos Defensores deverá priorizar:

- A) Regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional;
- b) Capitais e regiões metropolitanas;
- c) Regiões em que haja disputas envolvendo regularização fundiária;
- d) Regiões com maiores índices de criminalidade e encarceramento.

27) Sobre a forma de legislar a respeito da Defensoria Pública, é incorrecto afirmar:

- a) A competência para legislar sobre Defensoria Pública é concorrente;
- b) Em caso de relevância e urgência é possível que o Presidente da República se valha de medida provisória;
- c) A União tem competência para prescrever normas gerais para organização das Defensorias Públicas dos Estados;
- d) A organização da Defensoria Pública deverá ser feita por Lei Complementar.

28) De acordo com o regramento constitucional vigente, notadamente com a EC 80/94, é correto dizer que:

- a) Os Defensores Públicos possuem vitaliciedade;
- b) A Defensoria Pública tem iniciativa para propor ao Legislativo a fixação do subsídio de seus membros;
- c) Advocacia e Defensoria Pública ocupam a mesma Seção dentro do Capítulo que trata das Funções Essenciais à Justiça;
- d) É princípio institucional da Defensoria Pública a afirmação do Estado Democrático de Direito.

29) Em relação ao conceito de necessitado para fins de atuação da Defensoria Pública, é correto afirmar:

- a) Necessitado é aquele que possui renda igual ou inferior a 3 salários mínimos;
- b) Só pode ser considerado necessitado aquele que não tenha condições de contratar advogado;

3º Concurso para Residência Jurídica

- c) A visão doutrinária moderna de necessitado considera não só o aspecto financeiro, mas também o aspecto da vulnerabilidade;
- d) O STJ não admite o manejo de ação coletiva pela Defensoria Pública para defesa de usuários de plano de saúde, vez que quem tem condições de arcar com as mensalidades do plano não pode ser considerado necessitado.

30) Assinale a alternativa incorreta:

- a) A Corte Interamericana de Direitos Humanos é competente para emitir parecer, a pedido do Estado Membro da Organização dos Estados Americanos, sobre a compatibilidade entre quaisquer das leis internas desse Estado e a Convenção Americana de Direitos Humanos.
- b) O Estatuto de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional, exige que o acusado esteja presente durante o seu julgamento.
- c) Acerca da classificação dos Direitos Humanos em gerações, pode-se afirmar que os direitos de liberdade são classificados como de primeira geração.
- d) Toda pessoa vítima de perseguição tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países, mesmo em caso de perseguição legitimamente motivada por crime de direito comum ou por ato contrário aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

Questão discursiva

Após tomar conhecimento de práticas reiteradas de tortura em unidade socioeducativa localizada na cidade do Rio de Janeiro, o juízo competente instaura procedimento de verificação onde são juntados relatos, perícias e outros documentos relacionados ao caso.

A Defensoria Pública com atribuição, ao ser informada sobre o grande número de relatos de tortura nas mesmas circunstâncias, pede vista dos autos em nome da própria Instituição.

O pedido de vista da Defensoria é indeferido, com os seguintes argumentos: a) a Defensoria não ingressou nos autos defendendo direito de adolescente(s) individualmente considerado(s); b) não é função institucional da Defensoria Pública fiscalizar unidades de internação; c) eventual prática de tortura será apurada e combatida pelo Ministério Público; d) a entrega dos autos atrasaria a marcha processual; e) não faz sentido que a Defensoria tenha vista de autos que representam mero processo administrativo da Vara competente para execução das medidas socioeducativas, sendo certo que a atuação da Defensoria se restringe à assistência judiciária.

Levando em conta a Lei Complementar 80 de 1994, o papel da Defensoria Pública na Constituição e o entendimento do STJ sobre o assunto, comente o acerto da decisão. **Observação ao candidato:** eventuais argumentos relacionados ao Direito da Criança e Adolescente não estão sendo cobrados.